

SUMÁRIO

PARTE I

ESTRUTURA E PRINCÍPIOS DO SISTEMA NACIONAL DE

TRÂNSITO	21
1.1. Estrutura e Princípios do Sistema Nacional de Trânsito	21
1.2. Competências Federativas e Hierarquia Normativa do Trânsito	23
1.3. O Direito de Dirigir como Direito Fundamental Condicionado	26
1.4. O Devido Processo Legal e a Segurança Jurídica no Trânsito	28
1.5. Síntese e Aplicação Sistêmica da Parte I	30

PARTE II

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE TRÂNSITO	33
2.1. Competência e Imparcialidade da JARI	33
2.2. Notificação e Prazo de Defesa	35
2.3. Composição, Funcionamento e Fundamentação das Decisões da JARI	38
2.4. Vícios do Processo Administrativo e Nulidades Absolutas	40
2.5. Defesa Técnica e Instrução Probatória	42
2.6. Julgamento e Fundamentação da Decisão Administrativa	44
2.7. Duplo Grau Administrativo e Revisão pelo CETRAN	47
2.8. Encerramento do Processo e Efeitos da Decisão Administrativa ...	49

PARTE III

EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA DAS PENALIDADES DE TRÂNSITO	53
3.1. Natureza Jurídica da Penalidade e Efeitos da Coisa Julgada Administrativa.....	53
3.2. Cobrança da Multa e Inscrição em Dívida Ativa.....	55
3.3. Suspensão e Cassação do Direito de Dirigir	57
3.4. Medidas Administrativas e o Princípio da Proporcionalidade na Execução das Penalidades.....	59
3.5. Controle Judicial das Penalidades de Trânsito.....	61

PARTE IV

RESPONSABILIDADE DO ESTADO E DO AGENTE PÚBLICO NO SISTEMA DE TRÂNSITO	65
4.1. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade Estatal	65
4.2. Responsabilidade por Omissão e Falha do Serviço Público de Trânsito	67
4.3. Responsabilidade do Agente Público e Direito de Regresso da Administração.....	69
4.4. Excludentes de Responsabilidade no Âmbito do Trânsito.....	71
4.5. Responsabilidade Contratual e Extracontratual no Sistema de Trânsito.....	73

PARTE V

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E SEU PROCESSO DE EXECUÇÃO NO DIREITO DE TRÂNSITO	77
5.1. Conceito e Finalidade das Sanções de Trânsito	77
5.2. Natureza Jurídica das Sanções Administrativas de Trânsito	79
5.3. Princípios Aplicáveis à Atividade Sancionatória de Trânsito.....	81
5.4. Competência para Aplicação das Penalidades de Trânsito	83
5.5. Procedimento Administrativo para Aplicação das Penalidades.....	85
5.6. Execução Administrativa das Penalidades	87

PARTE VI

INFRAÇÕES, PROVAS E RESPONSABILIDADE NO DIREITO DE TRÂNSITO	91
6.1. Conceito e Classificação das Infrações de Trânsito	91
6.2. Meios de Prova nas Infrações de Trânsito	94
6.3. Responsabilidade do Condutor, do Proprietário e do Ente Público	96
6.4. Causas Excludentes de Responsabilidade nas Infrações de Trânsito	98

PARTE VII

SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO E COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA	103
7.1. Competência dos Órgãos e Entidades que Integram o Sistema Nacional de Trânsito	103
7.2. Poder de Polícia e Fiscalização de Trânsito	106
7.3. Delegação, Competência e Exercício do Poder de Fiscalização	110
7.4. Responsabilidade dos Órgãos e Agentes de Trânsito	113
7.5. Cooperação Técnica e Integração entre os Entes Federativos	119

PARTE VIII

EDUCAÇÃO, SINALIZAÇÃO E ENGENHARIA DE TRÂNSITO	123
8.1. Educação para o Trânsito como Dever do Estado e Direito do Cidadão	123
8.2. Sinalização Viária e Padrões Nacionais	126
8.3. Engenharia de Tráfego e Segurança Viária	129

PARTE IX

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE TRÂNSITO	133
9.1. Natureza e Finalidade do Processo Administrativo de Trânsito	133
9.2. Fases do Processo Administrativo de Trânsito	136

9.3.	Recursos Administrativos e Dupla Instância no Trânsito	139
9.4.	Nulidades e Revisão de Penalidades no Processo Administrativo de Trânsito	142

PARTE X

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO TRÂNSITO	147
10.1. Fundamentos da Responsabilidade Civil Estatal em Matéria de Trânsito	147
10.2. Responsabilidade por Omissão e Ações do Poder Público no Trânsito.....	150
10.3. Critérios de Fixação do Dano e Ação Regressiva do Estado.....	153

PARTE XI

RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR E DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE	159
11.1. Responsabilidade do Condutor de Veículo Automotor	159
11.2. Responsabilidade das Empresas de Transporte e dos Empregados.....	162
11.3. Responsabilidade Solidária e Subsidiária no Transporte Terrestre	165

PARTE XII

FISCALIZAÇÃO, COMPETÊNCIA E EXECUÇÃO DE PENALIDADES	169
12.1. Fiscalização de Trânsito e Poder de Polícia.....	169
12.2. Competência Administrativa e Hierarquia entre os Órgãos de Trânsito.....	172
12.3. Processo Administrativo de Trânsito e Execução das Penalidades	176
12.4. Execução das Penalidades e Controle de Legalidade.....	179
12.5. Prescrição, Decadência e Extinção da Punibilidade Administrativa no Trânsito	182
12.6. Responsabilidade do Estado e dos Agentes Públicos na Fiscalização de Trânsito	185
12.7. Controle Judicial e Ação Anulatória de Penalidades de Trânsito	188
12.8. Aspectos Processuais da Responsabilidade Civil no Trânsito.....	191

12.9. Meios de Impugnação e Revisão de Penalidades: Recurso, Revisão e Anulação.....	194
12.10. Ética, Transparência e Controle Social na Atuação de Trânsito	198

PARTE XIII

PROCESSO JUDICIAL E ESTRATÉGIA CONTENCIOSA EM MATÉRIA DE TRÂNSITO

13.1. Estrutura Processual e Princípios Aplicáveis	201
13.2. Petição Inicial e Requisitos Formais nas Demandas de Trânsito	204
13.3. Defesa e Contestação nas Ações de Trânsito	207
13.4. Provas e Ônus Probatório nas Demandas de Trânsito	211
13.5. Sentença e Controle Judicial dos Atos Administrativos de Trânsito	214
13.6. Recursos e Execução de Sentença em Matéria de Trânsito	217
13.7. Cumprimento de Decisões e Responsabilidade do Agente Público	220
13.8. Execução Fiscal de Multas de Trânsito.....	224
13.9. Prescrição, Decadência e Extinção do Crédito de Trânsito	227
13.10. Responsabilidade Civil do Estado por Atos no Exercício do Poder de Polícia de Trânsito	231
13.11. Controle Judicial da Atividade Sancionatória e o Princípio da Proporcionalidade	234
13.12. Estrutura do Processo Judicial em Matéria de Trânsito	237
13.13. Teses Recorrentes no STJ e no STF em Matéria de Trânsito	241
13.14. Estratégias Processuais e Técnicas de Sustentação Oral em Matéria de Trânsito	244
13.15. Estratégia do Procurador: Ponderação, Efetividade e Resultado Útil	248

PARTE XIV

ESTUDOS ESPECIAIS E APLICAÇÕES AVANÇADAS

14.1. Aplicação Prática dos Manuais Brasileiros de Fiscalização e Sinalização no Contencioso Administrativo e Judicial.....	253
14.2. Provas Técnicas no Trânsito e sua Valoração Judicial	256

14.3. Cooperação Institucional e Aplicação Técnica dos Manuais de Trânsito	260
14.4. Estudos de Caso e Jurisprudência Aplicada	262

PARTE FINAL

TRÂNSITO E O FUTURO DA LEGALIDADE DIGITAL	267
--	------------

REFERÊNCIAS	271
--------------------------	------------

AGRADECIMENTOS FINAIS	273
------------------------------------	------------

POSFÁCIO	275
-----------------------	------------